

INCENTIVOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE COM MELHOR QUALIDADE

Guilherme Augusto Craveiro (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Vinicius Donizeti Vieira da Costa, Marcel Moreira de Brito, Jheniffer Bruno da Costa, Ferenc Istvan Bánkuti (Orientador), e-mail: fibankuti@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Agrárias/Maringá,
PR.

Ciências Agrárias – Zootecnia

Palavras-chave: Sistema agroindustrial do leite, Bonificações, Laticínios

Resumo:

O Brasil ainda apresenta problemas de baixa qualidade do leite cru, para tal, medidas governamentais e de iniciativa privada foram criadas para gerar incentivos e, conseqüentemente, melhorar a qualidade do leite. O objetivo proposto neste trabalho foi analisar a existência de incentivos oferecidos pela indústria e pelo governo, ao produtor rural, a fim de melhorar a qualidade do leite cru. Foram analisadas, por meio de estatística descritiva, variáveis estruturais e produtivas de 204 sistemas produtivos leiteiros (SPL), bem como variáveis socioeconômicas de seus gestores e aquelas relacionadas aos incentivos percebidos para a produção de leite com melhor qualidade. Pôde-se concluir que os maiores incentivos para melhoria da qualidade do leite são oriundos da indústria compradora, por meio de bonificações pagas por qualidade atreladas a assistência técnica.

Introdução

No Brasil a Região Sul participa com uma parcela importante, 35,2%, da produção de leite. Nesta região, o Estado do Paraná, é o segundo maior produtor, que em 2016, produziu cerca de 12,45 bilhões de litros de leite, representando 37% da produção nacional (IBGE, 2017).

A baixa qualidade do leite cru produzido no Brasil, resultou durante a década de 90, no lançamento do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite – PNMQL. Trata-se de uma medida governamental para gerar incentivos à melhoria da qualidade do leite. Este programa está fundamentado, na Instrução Normativa - IN n. 51 (IN 51) que estabeleceu parâmetros para a qualidade do leite cru produzido no país (BRASIL, 2002).

Porém, parte importante dos produtores de leite não conseguiu se adequar as mudanças exigidas na IN 51. Desta forma, novas regras foram definidas a partir da Instrução Normativa IN n. 62 de 2012 (IN 62) (BRASIL, 2011). De forma complementar às ações do governo, a indústria de laticínios também adotou estratégias para incentivar a melhoria da qualidade do leite que captava, entre essa, o pagamento diferenciado - bonificações para leites com qualidade superior. Tal prática considera teores de gordura e de

proteína do leite, bem como valores de contagem de células somáticas (CCS) e contagem bacteriana total (CBT) como principais parâmetros para definição do preço do leite pago para o produtor. Existem também critérios, que resultam em rejeição do leite; entre esses, a presença de antibióticos e contaminantes (CARDOSO, 2012).

O objetivo proposto neste trabalho foi analisar a existência de incentivos oferecidos pela indústria e pelo governo, ao produtor rural, a fim de melhorar a qualidade do leite cru.

Material e métodos

Foram analisadas variáveis estruturais e produtivas de 204 SPL, variáveis socioeconômicas dos gestores destes sistemas e variáveis sobre incentivos governamentais e privados visando a produção de leite de qualidade. Tais variáveis foram coletadas entre os meses de setembro a novembro de 2016, em SPL localizados nas regiões Norte Central (31,4%); Oeste (33,8%) e Centro Oriental (34,8%) do Estado do Paraná. A partir destas variáveis, foram realizadas análises de estatística descritiva, média; frequência; valores máximos e mínimos, a fim de caracterizar a amostra analisada.

Resultados e Discussão

Para as características sociais, os produtores de leite analisados apresentaram idade média de 46 anos. Estes produtores, estudaram em média, por 10 anos, e dedicaram-se a atividade leiteira, em média por 20 anos.

Os SPL conduzidos por esses produtores possuíam em média 21,5 ha de área total, e 79,8% destes SPL utilizavam predominantemente mão-de-obra familiar.

Para as características produtivas, o número médio de vacas em lactação nos SPL analisados foi de 45,3 cabeças e a produção de leite foi em média de 1.126,70 l/dia/SPL. Nesses SPL a produtividade média foi de 18,1 l de leite/vaca e 44,5 l de leite/ha.

A maioria dos produtores (54,9%) afirmou que o governo não estimula a melhoria da qualidade do leite, apesar das exigências presentes nas instruções normativas 51 e 62 (BRASIL, 2002; 2011).

A dificuldade do cumprimento das instruções normativas está relacionada com o tamanho da produção, e o baixo grau de instrução do produtor rural. Produtores de pequena escala de produção, via de regra, possuem recursos financeiros limitados para a adequação do sistema produtivo segundo as normas definidas pelo governo. Desta forma, não conseguem se adequar as normas para melhoria da qualidade definidas nas Instruções Normativas 51 e 62.

Quando se considera os estímulos gerados pela indústria compradora de leite, pôde-se constatar que a maior parte (76,5%) dos entrevistados alegou receber estímulos. Os incentivos gerados pelas empresas são em sua maior

parte percebidos na forma de pagamentos diferenciados (bonificações) para a produção de leite de melhor qualidade (CARDOSO, 2012).

A grande parte, 58,3% dos produtores entrevistados também afirmou acreditar, que se melhorassem a qualidade do leite, via redução dos valores de CCS e CBT, receberiam maior valor na comercialização do leite para a indústria.

A maioria dos entrevistados, 55,0% afirmou que aumentos nos teores de proteína e gordura, também poderia resultar em melhor remuneração pelo leite comercializado com a indústria, representando assim, mais um estímulo para melhoria da qualidade do leite cru.

Outros fatores, além do preço também podem indicar ao produtor rural estímulos para a melhoria da qualidade do leite, entre esses, serviços de assistência técnica, curso de capacitação e definição de programas para melhoria da qualidade do leite ofertados pela indústria. Neste sentido, a maior parte, 53,4% dos produtores de leite analisados alegou que a empresa não oferece cursos ou treinamentos voltados à melhoria da qualidade do leite.

O oferecimento de cursos e treinamentos poderia evitar os manejos incorretos na produção, tais como: higienização deficiente de equipamentos e de tetos (*pré e pós-dipping*); armazenamento inadequado do leite, entre outros (BRASIL, 2011). Portanto, poderia representar incentivos a melhoria da qualidade do leite.

Muito embora a maior parte dos produtores entrevistados não receba treinamentos para melhoria da qualidade do leite, 55,4% dos produtores entrevistados, relatou que as indústrias oferecem assistência técnica para o auxílio na produção de leite de melhor qualidade. Tais assistências técnicas, são de extrema importância para manter a sanidade do rebanho e instruir aos produtores rurais os cuidados e medidas necessárias a fim de evitar contaminações e perdas de qualidade. Dentre as funções de assistência técnica para a produção leiteira estão, o controle sanitário e controle nutricional do rebanho (BRASIL, 2011).

Considerando somente os incentivos para melhoria de qualidade do leite, oriundos da indústria, os valores de CCS e CBT apresentam-se como os mais importantes, seguidos do critério de gordura e proteína.

Conclusões

Os principais incentivos para melhoria da qualidade do leite são provenientes da indústria por meio de bonificações pagas por qualidade, atreladas a assistência técnica ao produtor. Não foram identificados incentivos para melhoria da qualidade provenientes de ações governamentais.

Agradecimentos

Ao CNPq e Fundação Araucária pelo financiamento do projeto e bolsa de estudos.

Referências

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2002 Instrução Normativa 51, de 18 de setembro de 2002.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2011 Instrução Normativa 62, de 29 de dezembro de 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2012 Instrução Normativa 7, de 30 de abril de 2012.

CARDOSO, M. **Percepção das empresas de lácteos sobre programas de pagamento por qualidade do leite e evolução dos indicadores de qualidade higiênico-sanitário.** 2012. 57f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2017.